



FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

CLAUDENIR ROCHA RODRIGUES  
ISABELLA LOPES DA SILVA JARDIM

**SEXUALIDADE EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE  
EXCLUSÕES ANALÍTICAS**

PARAUAPEBAS  
2024



CLAUDENIR ROCHA RODRIGUES  
ISABELLA LOPES DA SILVA JARDIM

**SEXUALIDADE EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE  
EXCLUSÕES ANALÍTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Psicologia para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Roberto Rodrigues Cruz.

PARAUPEBAS  
2024

**RODRIGUES, Claudenir Rocha; JARDIM, Isabella Lopes da Silva**

**Sexualidade em pessoas com deficiência:** reflexões sobre exclusões analíticas;  
Cláudio Roberto Rodrigues Cruz, 2024.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FADESA, Parauapebas – PA, 2024.

Deficiência-Exclusões Analíticas-Estigmas-Preconceito-Sexualidade

**Nota:** A versão original deste trabalho de conclusão de curso encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA em Parauapebas – PA.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho de conclusão, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

CLAUDENIR ROCHA RODRIGUES  
ISABELLA LOPES DA SILVA JARDIM

**SEXUALIDADE EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE  
EXCLUSÕES ANALÍTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Psicologia para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em: 10/06/2024.

**Banca Examinadora**



---

Prof. Me. Dionis Soares de Souza  
Faculdade Para Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA



---

Prof. Esp. William Araújo Gomes  
Faculdade Para Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA



---

Prof. Dr. Cláudio Roberto Rodrigues Cruz  
Faculdade Para Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FADESA  
(orientador)



*Daniela S. Américo*  
Coordenadora do Curso de Psicologia  
FADESA

Data de depósito do trabalho de conclusão 10/06/2024

Dedicamos este trabalho a todas as pessoas com deficiência com o objetivo de que experimentem um sentimento genuíno de acolhimento, inclusão e visibilidade em relação aos outros, que possam desenvolver a plena convicção de suas capacidades de modo a exercerem efetivamente seus direitos. Além disso, que possam usufruir ativamente de suas relações afetivas e sexuais livres de preconceitos ou estigmas associados à sua deficiência. Esta dedicatória se estende aos parceiros afetivos, sexuais, familiares e cuidadores de pessoas com deficiência.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradecemos a Deus pela permissão indescritível de existir, resistir, e ressignificar cada adversidade enfrentada durante todo o processo de nossa graduação em psicologia, pela oportunidade de agregar valores positivos a vida de pessoas através do fazer psicológico enquanto estudantes. Aos nossos familiares por nos darem força e coragem e nos momentos mais desafiadores, serviram como âncoras nos mantendo firmes quando as tempestades da vida ameaçaram nos derrubar. Aos nossos colegas e amigos de graduação pelas contribuições direta e indireta, ao longo desses cinco anos. Também gostaríamos de agradecer as amigas em particular Antônia Dyana e Clarice Paiva pelo compartilhamento de ideias e escutas demonstradas durante todo o percurso até aqui.

Além disso, gostaríamos de expressar a nossa gratidão ao nosso estimado orientador, Dr. Cláudio Roberto Rodrigues Cruz, cuja orientação, auxílio e contribuições foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Sua experiência e orientação foram inestimáveis e somos gratas por sua generosidade em compartilhar conhecimento e ideias conosco e nos guiar da melhor forma ao longo deste processo. Ademais, estendemos agradecimento aos professores Danielle Miranda, Daniela Américo, Dionis Soares, Kênia Sampaio, Milena Vieira, Samuel Oliveira e William Araújo, e a todos os professores que desde o primeiro semestre nos deixaram suas contribuições, o que tornou possível para que hoje pudéssemos alcançar a conclusão deste tão sonhado trabalho, seja por meio de conversas, conselhos ou orientação técnica.

"Posso ter errado em muitas coisas, mas estou certo de que não errei ao enfatizar a importância do instinto sexual." – Sigmund Freud

## RESUMO

O presente estudo trata sobre a sexualidade em pessoas com deficiência. Apresenta conteúdo que possibilita ao leitor examinar de forma crítica e reflexiva as diferentes percepções que incidem sobre a temática, facilitando a desconstrução de crenças e do senso comum na qual a temática está imersa. A história referente a pessoas com deficiência inicia com o não direito à vida, conforme amplamente apontado na literatura pertinente. A questão da sexualidade em pessoas com deficiência é um exemplo de negação de direito, com forte carga valorativa, como se os mesmos não tivessem expressões de sexualidade. A escassa literatura sobre essa questão sinaliza uma das exclusões a que estão submetidos. Há quantidade significativa de estudos sobre sexualidade infantil, na adolescência, na vida adulta, terceira idade e raras reflexões substanciais sobre a sexualidade em pessoas com deficiência. Este foi o motivo principal da realização do estudo. Os resultados analíticos demonstraram que há um imaginário de que não podem constituir família e por conseguinte “são assexuados”. Sendo, portanto, de interesse da psicologia enquanto ciência estabelecer uma relação saudável de confiança e construção de pensamentos e atitudes eficazes na promoção de saúde mental de pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Deficiência; Exclusões Analíticas; Estigma; Sexualidade

## **ABSTRACT**

This study deals with sexuality in people with disabilities. It presents content that enables the reader to critically and sexuality in people with disabilities is an example of the denial of rights, with a strong charge of value, as if they had no expression of sexuality. The scant literature on this issue signals one of the exclusions to which they are subjected. There are a significant number of studies on sexuality in children, adolescence, adulthood and old age, but few substantial reflections on sexuality in people with disabilities. This was the main reason for carrying out the study. The analytical results showed that there is an imaginary that they cannot start a family and are therefore "asexual". It is therefore in the interest of psychology as a science to establish a healthy relationship of trust and the construction of thoughts and attitudes that are effective in promoting the mental health of people with disabilities. reflectively examine the different perceptions that affect the subject, facilitating the deconstruction of beliefs and common sense in which the subject is immersed. The history of people with disabilities begins with the fact that they do not have the right to life, as is widely pointed out in the relevant literature. The issue of

**Keywords:** Disability; Analytical Exclusions; Stigma; Sexuality

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CFP** - Conselho Federal de Psicologia
- CAPES** - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
- CID** - Classificação Internacional de Deficiência
- DI** - Deficiência Intelectual
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IST** - Infecção Sexualmente Transmissível
- LIBRAS** - Língua Brasileira de Sinais
- SciELO** - *Scientific Electronic Library Online*
- TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- OMS** - Organização Mundial de Saúde
- PePSIC** - Periódicos de Psicologia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1. Pessoa com deficiência.....	15
2.1.1. Pessoa com deficiência: um percurso analítico e histórico .....	16
2.1.2. Pessoa com Deficiência: Exclusões e Invisibilidades.....	19
2.2. Sexualidade.....	20
2.3. Sexualidade e Pessoa com Deficiência .....	22
2.4. Mitos e Preconceitos .....	22
2.5. Peculiaridades da “Deficiência Adquirida” .....	23
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>27</b>
3.1. Natureza da Pesquisa .....	27
3.2. Critérios de Inclusão.....	27
3.3. Critérios de Exclusão.....	27
3.4. Aspectos Éticos.....	27
3.5. Procedimento para Coleta de Dados .....	27
3.6. Procedimentos para análise de Dados.....	28
3.7. Riscos e Benefícios.....	29
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO.....</b>	<b>30</b>
4.1. A Sexualidade em Pessoas com Deficiência: Olhar Psicológico.....	30
4.2. Desmistificação Sobre Questão da Sexualidade em Pessoas com Deficiência.	32
4.3. Importância das Relações Afetivas das Pessoas com Deficiência no Processo de Ressignificação. ....	32
4.4. Propositividades Analíticas e Operacionais sobre a Questão da Sexualidade em Pessoas com Deficiências.....	35
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O campo de conexão entre sexualidade e deficiência é uma área complexa e multifacetada que, apesar de sua importância, é frequentemente ignorada nas discussões acadêmicas e sociais. A sexualidade em pessoas com deficiência quando abordada revela o desconforto, tabu e estigma, alicerçando mitos, estereótipos e preconceitos que dificultam a compreensão acerca das experiências afetiva sexuais dessas pessoas.

A principal motivação desta pesquisa consiste em examinar sobre as percepções da sexualidade em pessoas com deficiência de forma crítica e reflexiva. Sendo o objetivo geral, elucidar como a sexualidade de pessoas com deficiência é tratada na literatura psicológica. As constantes indagações do senso comum tais, como: pessoas com deficiência são desprovidas de desejos sexuais ou são incapazes de exercer sua sexualidade. É possível obter um auto olhar sobre as interrogativas comumente inseridas no meio social?

O primeiro objetivo específico é compreender como diferentes abordagens tratam a expressão da sexualidade em pessoas com deficiência, identificando os principais mitos e estigmas que persistem na literatura e na sociedade. Isso inclui a análise crítica de conceitos que infantilizam ou assexuam essas pessoas, limitando suas possibilidades de expressão sexual.

O segundo objetivo é discutir essas ideias errôneas de forma a promover uma visão mais inclusiva e realista. Isso envolve destacar estudos que abordam a sexualidade de pessoas com deficiência de maneira positiva e afirmativa, reconhecendo suas capacidades, desejos e direitos sexuais. A discussão crítica desses estudos ajuda a evidenciar a necessidade de uma mudança de paradigma.

O terceiro objetivo é favorecer a desconstrução desses mitos através da educação e da sensibilização. A promoção de uma educação sexual inclusiva, que contemple as especificidades e os direitos das pessoas com deficiência, é fundamental para quebrar preconceitos e construir uma sociedade mais justa e informada.

Por fim, validar a importância das relações afetivas no processo de ressignificação da sexualidade de pessoas com deficiência é essencial. As relações afetivas, sejam elas românticas, familiares ou sociais, desempenham um papel crucial na formação da identidade sexual e na promoção do bem-estar emocional.

Vivendo numa cultura na qual a matriz sexual se constitui de padrões estéticos exigentes, a pessoa com deficiência tende a parecer invisível aos olhares capacitistas, sendo vistos como alheios ao direito de exercer a própria sexualidade e até considerados assexuadas, além de receber tratativas infantilizadas. Tal comportamento resultante desse padrão social, submete à pessoa com deficiência ao contexto de inadequação.

Do cenário descritivo verificado nas publicações científicas tornou-se necessário focar numa tratativa analítica sobre exclusões e estigmas que circundam a sexualidade e pessoas com deficiências, sendo a base de pesquisa dessa investigação. Tendo-se em conta que a sexualidade é inerente ao humano, isso parece ter sido “subtraído” ou desconsiderado nas tematizações sobre dilemas experienciados por pessoas com deficiência.

Discutir sobre a sexualidade em pessoas com deficiência é um tema complexo e relevante, que envolve aspectos físicos e intelectuais. Embora seja discutida por diversos profissionais, como médicos, professores, fisioterapeutas, assistentes sociais, sexólogos, psiquiatras e psicólogos, ainda enfrenta desafios devido à falta de literatura e estudos abrangentes. Além disso, a sociedade muitas vezes considera esse tema tabu e segregador.

É importante continuar pesquisando e debatendo sobre esse tema para promover uma compreensão mais ampla e inclusiva da sexualidade das pessoas com deficiência. Além disso, compreender a deficiência como um fenômeno socialmente construído e abordar a sexualidade como parte integrante e formativa de todas as pessoas é essencial para uma educação sexual adequada, que pode auxiliar as pessoas com deficiência a encontrarem formas saudáveis de expressar sua sexualidade.

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. (GOV.BR, 2015). Tendo como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, inclusive o reconhecimento da sexualidade da pessoa com deficiência, conferido como um dever, e um fazer coletivo que envolve o comprometimento do estado, da família e da sociedade na efetivação desse direito.

As pessoas com deficiência enfrentam uma série de barreiras estruturais e sociais que inviabilizam seu acesso à educação sexual, serviços de saúde e outros recursos relacionados à sexualidade. Tais barreiras são heterogêneas e interligadas, o que resulta em disparidades significativas no acesso a informações e suporte necessários para uma vivência saudável e satisfatória.

As atitudes discriminatórias e estereotipadas por parte de profissionais de saúde, educadores e membros da comunidade também representam uma barreira significativa. A falta de apoio adequado para lidar com questões relacionadas à sexualidade alicerça o estigma em relação a sexualidade das pessoas com deficiência de modo ao qual a negação de seus direitos sexuais, bem como a infantilização de suas necessidades e desejos evidenciam de forma latente a urgência de se trabalhar a inclusão sexual das pessoas com deficiência.

A sexualidade faz parte da vida humana. Ela é uma parte essencial da identidade humana e se expressa de maneiras distintas em cada pessoa. No entanto, é necessário romper as barreiras e os preconceitos para combater a exclusão das pessoas com deficiência em relação a este tema. Por meio disso, foi visto a necessidade de explorar a sexualidade das pessoas com deficiência através de uma análise cuidadosa e delicada com o objetivo de propor de maneira humanizada uma forma de romper com os obstáculos que as pessoas com deficiência enfrentam em relação à sua sexualidade.

Este trabalho foi referenciado e dividido em seis tópicos que permitem uma revisão teórica das literaturas existentes, contribuindo significativamente como embasamento teórico na busca por uma compreensão mais abrangente, inclusiva e atualizada acerca da sexualidade humana, em especial de pessoas com deficiência.

Espera-se que a partir das propostas aqui contidas, além de esclarecer, possa contribuir de forma significativa com novas pesquisas e considerações, ressignificando ignorância sobre a sexualidade e deficiência, tornando um assunto relevante no debate sem reservas de conceitos, conduzido com zelo e respeito e livre de qualquer preconceito que assale a nossas crenças e valores quanto ao assunto. Em suma, que seja uma temática bem resolvida pelos padrões familiares, bem esclarecido socialmente e bem vivido pelos seus pares. E que este estudo seja útil a todas as iniciativas de inclusão e respeito à pessoa com deficiência.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Pessoa com deficiência

O reconhecimento de uma pessoa envolve uma complexa interação de aspectos sociais, culturais e religiosos. A cultura tem um papel fundamental na formação da identidade individual e coletiva, moldando percepções, valores e comportamentos. Ao falar sobre pessoa com deficiência, é importante reconhecer a partir da literatura a permanência de três discursos que cooperam para a definição de deficiência (MAGALAHÃES & CARDOSO, 2010).

A primeira definição vem do modelo médico qual sugere que a deficiência é um problema individual que deve ser curado ou melhorado através de intervenções médicas, seu foco é o diagnóstico e tratamento clínico. Neste modelo de definição a pessoa é reduzida à sua condição física ou intelectual, negligenciando os aspectos sociais e emocionais (MOTA & BOUSQUAT, 2021).

A segunda definição advém do modelo social, definido deficiência como sendo resultante de barreiras sociais, ambientais e atitudinais que impedem a participação plena das pessoas, essa ênfase propõe a mudança social e eliminação de barreiras, destacando a importância da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência (DINIZ, 2017).

O terceiro está baseado na integração dos dois modelos tendo como resultado uma abordagem biopsicossocial, que considera uma perspectiva biológica, individual e social. Apesar de serem modelos opostos, pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde (OMS), são complementares, por oferecer uma definição mais aproximada dos contextos de universalização de direitos humanos (NEVES, 2019).

"Pessoas com Necessidades Especiais" e "Pessoas Portadoras de Deficiência": Estas terminologias foram criticadas e colocadas em desuso por diversas razões. "Pessoas com Necessidades Especiais" pode sugerir que essas necessidades são incomuns ou excepcionais, enquanto "Pessoas Portadoras de Deficiência" implica que a deficiência é algo carregado pela pessoa, como um objeto. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sugeriu e adequou o termo para "Pessoa com Deficiência" Essa mudança terminológica é mais do que uma questão de palavras; é

um passo significativo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. (MOTA & BOUSQUAT, 2021).

### 2.1.1. Pessoa com deficiência: um percurso analítico e histórico

Para melhor compreensão sobre as questões que permeiam a condição de pessoa com deficiência, implica um breve percurso histórico. Na antiguidade, a forma como as pessoas com deficiência era tratada variava de acordo com a sociedade e o contexto, no antigo Egito, as pessoas com deficiência podiam ser encontradas em diferentes estratos sociais, desde a classe dos faraós e nobres até os escravos (PEREIRA & SARAIVA, 2017).

Na Grécia antiga, a deficiência era frequentemente associada a castigos divinos ou a uma falha moral, o que resultava em exclusão e discriminação, conhecidas tradicionalmente como potenciais militares e por suas práticas esportivas, Esparta e Atenas mantinha sua conjuntura política em prol do recrutamento e seleção de homens e mulheres capazes de sustentar suas ideologias.

[...] depois que a criança nascia, o pai não mais era dono dela para educá-la à vontade, mas a levava para certo lugar a ele deputado que se chamava *Lesche*, onde os mais antigos de sua linhagem residiam. Visitavam eles a criança e, se a achavam bela, bem formada de membros e robusta, ordenavam fosse educada, destinando-lhe nove mil partes das heranças para sua educação; mas, se lhes parecia feia, disforme ou franzina, mandavam atirá-la num precipício [...] (PLUTARCO, 1985, p. 64).

Os antigos hebreus tinham uma visão particular sobre a deficiência, associando-a questões de impureza e pecado, segundo alguns estudos, tanto a doença crônica quanto a deficiência física ou mental eram consideradas indicativas a desobediência, o que influenciava a forma como essas pessoas eram tratadas e integradas na comunidade (PEREIRA & SARAIVA, 2017).

Fundamentavam que a pessoa acometida por tal não poderia por si mesma prover qualquer melhoria e obter qualidade de vida, sendo, portanto, necessário o favorecimento divino, conforme explicita os manuscritos bíblicos entre tais, o livro de Salmos, Isaías, Deuteronômio e o livro de Jó (SL 145,146; IS 42:6-7; DT 27:18, JÓ 29:5, 2014).

Em suma, na antiguidade, as pessoas com deficiência enfrentaram desafios significativos em termos de aceitação social, acessibilidade, assistência e oportunidades, diante deste percurso é importante ressaltar que a experiência destas pessoas era diversificada e influenciada por uma série de fatores culturais, sociais, e religiosos, específicos de cada civilização (GUGEL, 2008).

Na atualidade, apesar dos resquícios oriundos das heranças culturais ortodoxas, as tratativas públicas sociais em favor dos direitos e inclusões das pessoas com deficiência se despontam para uma nova perspectiva livre do ranço preconceituoso das civilizações (BRASIL, 2015).

No cenário brasileiro, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, relata sobre cerca de 17 milhões de pessoas vivendo com algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 8,4% da população total, dados estes que são criticamente acompanhados pelo ativismo que vem fazendo toda a diferença na luta pelos direitos da pessoa com deficiência, até o século passado, essas pessoas eram invalidadas, marginalizadas ou segregadas, reflexo das políticas eugenistas e capacitistas do modelo grego romano, qual costumava se desfazer, jogando os fora, bebês nascidos com má formação, e abandonados à própria sorte, os mutilados pós guerra.

Na década de 80 foram obtidos destaques importantes nas conquistas por direitos, através da Declaração Universal de Direitos da Pessoa com Deficiência, feito pela Organização das Nações Unidas (ONU); conquista na legislação brasileira na elaboração de políticas públicas de inclusão; política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva; estatuto da pessoa com deficiência; direito da pessoa com deficiência no exercício de sua sexualidade (BRASIL, 2015).

Para melhor compreendermos sobre os tabus incultos sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, vamos explicar antes o conceito destacado sobre deficiência. A terminologia é adotada pelo modelo médico da Organização Mundial de Saúde (OMS), na tentativa de universalizar uma linguagem que fosse abrangente tanto no contexto biológico quanto no social, foi inicialmente elaborada na década de 80, sendo publicada pela Internacional Classification of Functioning, Disability na Health (ICF), quer dizer Classificação Internacional de Deficiências (CID) compreendendo três esferas de nomeações:

1) Impiamente (Deficiência): perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Ocorre no nível do órgão ou da função do sistema, estando preocupada com desempenho, afetando a pessoa como um todo; 2) Disability (Incapacidade): qualquer restrição ou falta da capacidade (resultante de uma deficiência) de realizar uma atividade dentro da faixa considerada normal para um ser humano; e 3) Handicap (Desvantagem); trata-se de uma desvantagem, resultante de uma deficiência ou incapacidade, que limita ou impede a realização de um “papel social normal” (MOTA & BOUSQUAT, 2021, p.850).

Esse modelo, segundo a compreensão social tornou-se estigmatizante aos portadores de deficiência, conforme nota-se na citação anterior os termos utilizados “incapacidade e desvantagem” utilizados na conceitualização atenuou-se a pessoa de tal forma que socialmente todo deficiente logo era incapaz e ou inadequado para as quaisquer das atividades (MOTA & BOUSQUAT, 2021).

Numa melhor adequação ao termo e inclusão da pessoa com deficiência a OMS, faz uma reformulação, de acordo como cita Diniz (2017). As reflexões sobre a versão em português de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, logo a linguagem universal precisa ser compreendida de acordo com seus construtos sociais.

A ambição da ICF é por se construir em uma linguagem universal para políticas públicas, pesquisas científicas e iniciativas internacionais comparativas. Por isso, o lapso de tradução da versão brasileira necessita ser revisto para a legitimidade e ao cuidado de um campo emergente no país (DINIZ, 2017, p.2509).

Conforme a Lei brasileira 13.146 de julho de 2015 no artigo segundo que, dispõe sobre a inclusão da pessoa com Deficiência, determina:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Essa predisposição da lei em promover o amparo social às pessoas com deficiência, faz uma indicativa sobre os extremos preconceitos e distorções de valores acarretados ao longo da história sobre os inúmeros acometimentos biológicos, mentais e psicossociais que uma pessoa estar naturalmente submetida (CARVALHO & SILVA, 2021).

Apesar dos avanços legislativos, como destacado acima, ainda há um grande desafio na efetivação desses direitos na prática, muitas vezes, há uma lacuna entre o que a lei determina e sua implementação real, o que evidencia a necessidade de um

esforço contínuo para garantir a inclusão social plena das pessoas com deficiência (GESSER & NUERBERG, 2014).

### 2.1.2. Pessoa com Deficiência: Exclusões e Invisibilidades

Sabe-se que o conceito de deficiência introduzido pelo modelo médico provocou extremas exclusões ao perpassar o conceito social de inadequação, restrições e ou limitações, reduzindo o sujeito ao isolamento social privado de interações com terceiros sob a justificativa moral de comorbidade, comportamentos desses aspectos foram recorrentes durante o período pandêmico (PEREIRA *et al.*, 2021).

Falar sobre deficiência envolve reconhecer que a discriminação enfrentada por pessoas com deficiência esta interligada com outras formas de preconceito, incluindo aspectos étnicos, de gênero e fatores económicos. A literatura oferece diversas formas de expressão que refletem essas interseções, proporcionando uma visão mais ampla sobre as experiências de indivíduos que vivem múltiplas formas de marginalização. Comenta a autora:

A sociedade marcada pela diversidade/multiplicidade das diferenças humana, físicas, sociais, étnicas, económicas, culturais, religiosas etc., incorpora também os indivíduos que não se encaixam nos chamados padrões de normalidade física ou mental, devido a causas acidentais ou cógnitas que os tornam pessoas com deficiências e enfrentam barreiras sociais diferenciadas, já que, em grande medida, o meio determina o efeito de uma deficiência ou de uma capacidade sobre a vida cotidiana de uma pessoa [...] (SILVA, 2006, p.117).

As diferenças étnicas é parte do processo de produção de existência dos povos e pode ser influenciado por fatores históricos e culturais, assim como as atitudes sociais em relação a inclusão, ou melhor de aceite social pode promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos.

O perfil socioeconómico da pessoa com deficiência mapeado sob a perspectiva de arranjos das políticas públicas, contribui para o entendimento que grupo de pessoas negras e com deficiência tem menos acesso, menos condições de constituir sua autonomia, as condições de pobreza e desigualdades colaboram com a precariedade de acessibilidade, adaptação e superação (GOV. BR, 2023).

Para a psicóloga e pesquisadora Alana Negai Lins de Carvalho, no seu artigo sobre a temática, relata da dificuldade que as pessoas com deficiência se deparam ao tentar encontrar sua individualidade e exercer sua autonomia enquanto, cidadãos de fato e de direitos (CARVALHO & SILVA, 2018).

A antropóloga Debora Diniz (2007), juntamente Marivete & Adriano (2014) fazem as mesmas entonações a respeito da essencialidade de debates fora das lentes estatutárias, mas que permitam enxergar as pessoas em suas diferentes, complexidades e identidades, e entender que as diversas formas de preconceitos afetam a vida das pessoas com deficiência.

[...] a representação da mulher com deficiência na sociedade patriarcal, baseada em valores androcêntricos que intensificam as concepções de fragilidade feminina, colocando a mulher com deficiência em situação de dupla desvantagem e vulnerabilidade (DANTAS *et al.*, 2014, p.565).

As exclusões e invisibilidades atribuídas a deficiência são variantes, perpassam ao padrão econômico, e a classificação de gênero. No contexto acima a citação faz referência ao gênero feminino, apontando a dupla discriminação, primeiro por ser mulher e segundo por ter deficiência.

Os conceitos homofóbicos e heterossexismo internalizados a partir do comportamento familiar ao contexto social, a homossexualidade na deficiência se apresenta como um duplo fardo social (SOUSA & MOLEIRO, 2015).

À medida que se investiga as peculiaridades de cada indivíduo, desvela-se que na mesma proporção, os formatos excludentes, que expõe a vulnerabilidade a pessoa deficiência, também se apropriam das lacunas não preenchidas pelas tratativas constitucionais.

## 2.2. Sexualidade

“Sexualidade é um termo amplamente abrangente que engloba inúmeros fatores e dificilmente se encaixa em uma definição única e absoluta” (FAVERO, 2013, p.2). No contexto de Foucault (1976), a sexualidade é um fenômeno inerente a todos os seres humanos, mas não limitando- se ao ato sexual, mas à todas as formas de afeto.

Nas obras, preconizadas por Freud, ainda no século XX os estudos apontavam para o sexo como sendo ontológico a sobrevivência humana, no qual entendemos

pelo instinto de conservação da espécie, sendo estes determinados por impulsos promotores de esforços na busca de satisfação plena (prazer), do qual o ser humano vai se constituindo desde suas primeiras fases da vida (FREUD, 2016).

A vertente Freudiana, considera a existência de sexualidade humana desde seu nascimento, classifica seu desenvolvimento em fases, conforme afirma Freud.

Fase oral, cuja zona de erotização é a boca. Fase anal, cuja zona de erotização é o ânus. Fase fálica, cuja zona de erotização é órgão sexual. Fase de latência, quando a criança desenvolve as habilidades e os valores morais e o papel culturalmente aceito, transferindo assim, o impulso sexual para o segundo plano, tendo em vista estar focada em outras atividades, como a leitura e a escrita, as atividades artísticas, enfim, o período escolar, quando, principalmente o impulso sexual é impedido de se manifestar devido ao papel moral imposto pela educação sexual. Fase genital, é em que o desejo não se relaciona mais ao próprio corpo, mas sim, ao corpo do outro (FREUD, 1856-1939. p.64).

De acordo com a OMS a sexualidade é resultante da influência de interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (OMS, 2006). Na perspectiva Freudiana que perdura nos tempos atuais concordam que a sexualidade se constitui de elementos como afetividade, admiração, comunicação verbal e não verbal, do corpo, da orientação, do senso de valores morais e sociais, e do bem estar consigo mesmo e com o outro, enquanto que o sexo é contato direto da relação física com o corpo, na busca pela realização de suas fantasias eróticas, na qual a sexualidade e o sexo se complementam pela cumplicidades de busca pelo prazer (FREUD, 2016).

A sexualidade é uma dimensão fundamental da experiência humana e está profundamente enraizada em contextos ambientais, sociais e culturais. Embora seja uma parte intrínseca da existência, a maneira como é percebida e tratada socialmente é sob muitos aspectos ancorados em tabus, silêncios e estigma, apesar de ser um assunto universal pertinentes em todas as culturas, o conceito errôneo tem significativa influência no comportamento sexual, principalmente os jovens e adolescentes (SOUZA *et al.*, 2017).

As tematizações sobre pessoa com deficiência vêm ganhando aprofundamentos sob diferentes olhares científicos. Não raro, a literatura apresenta uma visão genérica sobre pessoas com deficiências. No seguir dos tempos a multiplicidade de aspectos inerentes emergem, ganhando visibilidade. Nesse sentido, os aprofundamentos correspondem a um processo que traz aspectos invisibilizados à

luz. Um dos aspectos invisibilizados é a questão da sexualidade, que trataremos mais a seguir.

### 2.3. Sexualidade e Pessoa com Deficiência

A sexualidade é uma temática universalmente complexa e a pessoa com deficiência culturalmente estigmatizada, vamos nos permitir um paralelo a estes dois extremos de nossa sociedade atual. Estudos indicam que preconceitos e estereótipos sociais, superproteção familiar, educação sexual incompleta ou infundada e barreiras arquitetônicas são condições que podem impedir o desenvolvimento e o exercício da sexualidade por pessoa com deficiência (CARVALHO & SILVA, 2018).

As pessoas com deficiências têm sua vida afetiva sexual afetada, por não se encaixar nos padrões físicos de beleza corporal, nesse sentido, faz-se afirmações estigmatizadas em relação a funcionalidade do corpo, o que torna prejudicada a vivência sexual, de modo que a pessoa com deficiência possua sentimento de desconformidade com tal padrão estético, situação está que desencoraja as pessoas com deficiência de experienciar e viver a sua sexualidade (SILVA, 2015).

A sexualidade do portador de deficiência deve ser abordada de maneira englobante, levando em consideração tanto os aspectos físicos e subjetivos como os valores crenças e expectativas da sociedade na qual o indivíduo se encontra inserido (SOARES *et al.*, 2008, p.193).

Isso significa que devemos considerar a sexualidade como uma parte integral da identidade de uma pessoa, independentemente de sua condição física. Além disso, devemos reconhecer que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e necessidades sexuais que qualquer outra pessoa.

O atual modelo cultural e social de sexualidade, rotula o portador de qualquer limitação física ou intelectual de incapaz de exercer sua autonomia sexual, invalidando sua subjetividade, reprimindo seu corpo e desejos, e degenerando sua condição humana, provendo os delicados agravos à saúde mental desses indivíduos acometidos de limitações, chamando a atenção do exercício profissional na desmistificação das inverdades deste contexto (GESSER & NUERNBERG, 2014).

De acordo com Silva (2015), é importante reconhecer e apoiar a vivência da sexualidade por parte das pessoas com deficiência, ressaltando que a sexualidade é vivenciada em seu cotidiano, incluindo percepções, fantasias, desejos, relações, atitudes e comportamentos.

#### 2.4. Mitos e Preconceitos

“Pessoas com deficiência são assexuadas: não tem sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais” (MAIA & RIBEIRO, 2010, p.159). Ainda segundo a autora esse mito que durante séculos impõe-se as pessoas com deficiência física, mesmo que não possua qualquer fundamentação médica e/ou filosófica, tal preconceito exerce forte influência social e cultural, embora saibamos, conforme cita autores sobre a dessexualização do indivíduo é meramente social e não fisiológica.

Em contrapartida, inverdades e ideias divergentes, ancoradas ao preconceito, senso comum, padrões familiares, ideia de inadequação em relação a visão do outro, quais segundo o autor as experiências pessoais são vinculadas aos padrões sociais, as emoções despertadas pelo nudismo, elevado padrão estético do corpo (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

“Entre as pessoas sem deficiência, elas ancoram, inicialmente, a deficiência à ideia de limitação, característica do modelo médico de compreensão da deficiência, e à ideia de heróis. Posteriormente, a sexualidade dessas pessoas foi ancorada no mito da hereditariedade da deficiência, no casamento como uma forma de superar as limitações e no questionamento quanto ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos pelas pessoas com deficiência” (CARVALHO & SILVA, 2021, p.532).

A desinformação, a falta de diálogo aberto e informativo sobre a sexualidade das pessoas com deficiência podem contribuir para a perpetuação das trágicas consequências do desajuste social, bem como para um comportamento inadequado e que podem acabar em grandes consequências psicológicas.

[...] A vivência da sexualidade baseada em convicções errôneas, ideias falsas e escrúpulos sem fundamento positivo desencadearam consequências irreversíveis, como a gravidez precoce, e favoreceram condições de risco para a adolescente contrair DST. Isso, sem mencionar danos de ordem psicológica [...] (SOUSA *et al.*, 2006, p.412).

Atualmente existem formas de preconceitos amplamente combatidos em lei resinificando muitos dos principais agravos causados à saúde física e mental e

barreiras impostas a pessoa com deficiência, quanto a impedimento ao exercício de sua sexualidade, paternidade e maternidade.

Art. 8º É dever do estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura e o lazer, à convivência familiar e comunitária, entre outros [...] (BRASIL, 2015).

Em aspectos gerais, muitas reformulações já foram previstas sob este contexto social, enfatizando a atuação dos múltiplos atores sociais na efetivação desse direito e assistência, não delimitando apenas às pessoas portadoras de deficiência, mas a todos os envolvidos, conforme a lei essa garantia se estende desde os familiares e demais entes sociais.

## 2.5. Peculiaridades da “Deficiência Adquirida”

A deficiência, não é uma escolha, embora que algumas pessoas possam já nascer sob a condição da deficiência, outros, porém a desenvolvem ao longo da vida, ou seja, a deficiência pode ser adquirida e pode ser resultado de diversas causas, incluindo os acidentes, doenças, e outras condições de saúde que afetam as capacidades físicas e/ou cognitivas (SANTOS & CARVALHO-FREITAS, 2019).

Os impactos psicológicos é uma das grandes peculiaridades da deficiência adquirida, sentimentos de angústia, depressão e a necessidade de adaptação à nova realidade impactam significativamente à saúde mental, aprender a viver sua nova condição. As mudanças no estilo de vida, a necessidade do apoio dos amigos, familiares e o suporte profissional, que irão contribuir com nova apreciação pela vida (OLIVEIRA & PARANÁ, 2021).

Para a psicóloga e especialista no assunto, Ana Cláudia Bortolozzi Maia, faz-se entender que independentemente de como e ou quando a deficiência surgiu precisa ser levado em consideração as dimensões que permeiam o indivíduo, quando afirma “a sexualidade manifesta-se em suas dimensões biológica, psicológica e sociocultural. Ela faz parte de todo ser humano como uma questão íntegra,

independentemente de possíveis dificuldades em sua expressão decorrentes de uma deficiência física” (MAIA & RIBEIRO, 2010).

É possível que lesões na medula por exemplo tenham alterações biológicas e psicológicas que resultem em dificuldades durante o ato sexual, na ereção psicogênica, ereção reflexa; nas mulheres, podem ocorrer alterações na sensibilidade clitoriana, lubrificação e congestão dos genitais externos, além disso, questões psicossociais, como a depressão e baixa autoestima podem afetar o desejo sexual tanto em homens quanto em mulheres (MAIA & RIBEIRO, 2010).

Os sujeitos com deficiência física além de sofrerem preconceitos advindos e da família e da sociedade, passam pela busca e resgate da identidade pessoal que está ligada à imagem corporal, como o sujeito vê o seu corpo e como ele, seu corpo, é visto pelos outros. Socialmente e culturalmente o corpo é fortemente regido por um modelo ideal, excluindo e/ou inferiorizando aqueles que não estão padronizados. Isso influencia na autoestima do indivíduo, dificultando a realização plena do ser humano (SOARES & CARVALHO, 2020, p.188-189).

A deficiência física pode trazer consigo uma série de desafios pessoais e familiares. Além da necessidade de adaptação ao ambiente, há também a questão da reestruturação da imagem corporal e a aceitação e adequação aos espaços sociais e culturais (BOSSARDI *et al.*, 2021).

É possível que indivíduos passem maior parte da vida em busca de prazer e aceitação, (FREUD, 2016). Na consolidação destas metas, podem ocorrer eventos que podem tornar essa trajetória mais complexas, morosa, no entanto, é importante lembrar que esses desafios também podem levar ao crescimento e ao desenvolvimento pessoal. Ao enfrentar e superar obstáculos, os indivíduos podem aprender mais sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor, o que pode, por sua vez, levar a uma maior autoaceitação e satisfação na vida.

[...] sexualidade não é a busca aguçada pelo sexo, mas pela admiração de si mesmo, como ser igual a qualquer outro, porém com limitações que precisam ser trabalhadas formas que estimulem a sexualidade experimentada por todo ser humano (GONÇALVES & BARBOSA, 2020, p.6).

A interpretação de uma nova condição de vida, como a aquisição de uma deficiência, é fortemente influenciada pela dimensão social. A experiência de cada

indivíduo é moldada por uma variedade de fatores culturais, incluindo as atitudes e crenças da sociedade sobre a deficiência.

A própria trajetória de vida de cada pessoa desempenha um papel crucial na forma como eles lidam com a deficiência. Cada indivíduo é único, e suas experiências passadas, personalidade e rede de apoio podem afetar a maneira como eles se adaptam à sua nova condição. (OLIVEIRA & PARANÁ, 2021). “A aquisição de uma deficiência pode ter extenso impacto na vida de uma pessoa, pois ocorre, muitas vezes, sob condições traumáticas e obriga tanto a ressignificações subjetivas quanto a adaptações práticas no cotidiano”. (SANTOS & CARVALHO-FREITAS, 2019, p.1).

Os relatos de experiências das situações advindas da deficiência adquirida demonstram maior dificuldade de aceitação e adaptação que requerem mudanças significativas estruturais e psicológicas relativas à autonomia e autoestima, sexualidade e relações sociais, qualidade de vida (DE PAULA *et al.*, 2010).

Diante desse contexto, os autores também trazem considerações a falta de informações adequadas sobre sexualidade e exclusão social enfrentada por pessoas com deficiência e, o quanto isso pode aumentar sua vulnerabilidade em relação as infecções sexualmente transmissíveis (IST). Apesar de previsão legal, de forma efetiva sente-se a ausência de programas educacionais inclusivos e campanhas de prevenção específicas para essa população, a fim de promover a saúde e redução dos riscos potenciais (DE PAULA *et al.*, 2010).

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Natureza da Pesquisa**

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório com uma abordagem qualitativa, que segundo Gil (2002) “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

Desse modo, esta pesquisa visa investigar, explorar e trazer esclarecimento a respeito da temática em foco, sendo que por meio desta foram pesquisados artigos científicos para construção do trabalho e embasamento teórico, levando em consideração que existem poucos estudos publicados sobre o assunto.

#### **3.2. Critérios de Inclusão**

Foram inclusos livros, artigos e revistas disponibilizados em sites de pesquisas que explanam e trazem dados relevantes ao tema. Sendo utilizados materiais publicados entre o período de 2006 a 2024, todos em língua portuguesa.

#### **3.3. Critérios de Exclusão**

Fica claro que literaturas que não discutem o tema em foco foram descartadas desta pesquisa, tais como artigos, livros e trabalhos acadêmicos que não apresentam informações pertinentes a respeito do estudo, bem como publicações inferiores ao ano de 2006.

#### **3.4. Aspectos Éticos**

Em conformidade aos princípios éticos a qual essa pesquisa foi estruturada e atendendo as condições técnicas e científicas atentou-se a mencionar os autores usados no estudo, acatando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As informações a serem obtidas atenderam as prerrogativas dos planejamentos na construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Bacharel

em Psicologia, bem como base científica os preceitos éticos do Código de Ética Profissional do Psicólogo, com base na resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 010/05.

### 3.5. Procedimento para Coleta de Dados

Para o levantamento dos dados foi realizada a pesquisa bibliográfica para contribuir com os arcabouços teóricos referenciados na pesquisa. Após a leitura e seleção de livros, artigos e revistas que tratam da temática em questão foram realizados fichamentos, resumos e separação dos pontos essenciais ao trabalho, conforme normas da ABNT.

Através da averiguação de artigos realizadas nas plataformas digitais quais sejam SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) com o descritor “Sexualidade” foram encontrados 1.480 artigos, incluindo variadas temáticas distantes dos objetivos da pesquisa. Por meio da utilização dos campos específicos e dos filtros citados no tópico anterior, propôs-se coligar a outros descritores para refinar a busca. Previamente adotou-se a dúplice de descritores “Sexualidade-Deficiência” alcançando o resultado de 138 artigos.

Após serem detalhadamente separados e excluídos os não correspondentes, restaram apenas 38. Entre os tais os descritores Estigmas-Preconceitos, foram encontrados em 22 destes artigos.

Em relação ao número de artigos que exploram a temática, percebe-se que é um quantitativo muito reduzido em detrimento de um assunto com bastante relevância para a sociedade, foram aproveitados para discussão e análise o total de 10 destes artigos que abordam com relevância sobre sexualidade, deficiência, estigma e preconceitos.

### 3.6. Procedimentos para Análise de Dados

O conceito da pessoa com deficiência, o conceito de sexualidade, os estigmas familiares e sociais da sexualidade da pessoa com deficiência, a desmistificação das ideias errôneas da sexualidade, percepções analíticas contidas na literatura foram

analisadas através da seleção e filtragem das buscas de livros, artigos e revistas disponibilizados nos sites de pesquisas de forma que possa ser alcançado o objetivo substancial da pesquisa.

### 3.7. Riscos e Benefícios

Por ser uma revisão bibliográfica, esta pesquisa não apresenta risco direto, pois não envolve experimentação humana ou coleta de dados primários. No entanto, é importante destacar a qualidade e a confiabilidade das fontes de informação utilizadas, garantindo assim a precisão e a validade dos resultados obtidos através do respeito e aplicação do método científico de modo a assegurar a qualidade da pesquisa. Além disso, é fundamental seguir rigorosamente os métodos estabelecidos para evitar qualquer viés na interpretação dos dados revisados.

Assim, embora não haja riscos físicos ou emocionais envolvidos, a pesquisa requer cuidado e atenção para garantir sua integridade e credibilidade. Em relação aos benefícios é importante destacar que essa metodologia de pesquisa contribui para afirmação do conhecimento pré-existente e ampliação dos conhecimentos dos acadêmicos referente a sexualidade em pessoas com deficiência, ao discutir as ideias e produção de diversos autores bem como o que eles falam a respeito da temática em tela.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Diante da necessidade de desmistificar acerca da sexualidade das pessoas com deficiência, a partir do olhar psicológico e a importância das relações familiares no processo de ressignificação, torna imprescindível discutir as propositividades analíticas e operacionais sobre a questão da sexualidade em pessoas com deficiência.

Dentro do percurso histórico a respeito dos aspectos envolvendo a deficiência, notou-se muitas desvalias associadas as pessoas socialmente subjugadas como “deficientes”, conceito este pré-estabelecido pelas organizações de saúde na tentativa de conceituar características desiguais dentre os entes sociais, que apesar dos contextos históricos os movimentos de direitos humanos tem trabalhado significativamente na redefinição desse conceito não como uma questão de desigualdade fisiológica ou biológica, mas como uma questão de acessibilidade e inclusão, conforme sustentam as diretrizes brasileiras (BRASIL, 2015).

Os quatro tópicos discutidos a seguir refletem sobre o contexto dos estigmas e preconceitos enfrentados pelas pessoas com deficiência, especialmente ao tratar da sexualidade. Analisam de forma reflexiva como a literatura apresenta possíveis intervenções e como estas podem ser operacionalizadas para diminuir as barreiras sociais que impedem as pessoas com deficiência de exercerem sua sexualidade com respeito e dignidade.

##### 4.1. A Sexualidade em Pessoas com Deficiência: Olhar Psicológico

A sexualidade é um aspecto primordial da vida humana, que muitas vezes é negligenciado ou mal interpretado, especialmente quando se trata de pessoas com deficiência. Os preconceitos e estereótipos sociais, a superproteção familiar e ausência ou incompletude da educação sexual se destacam como fatores impeditivos ao desenvolvimento e exercício da sexualidade (CARVALHO & SILVA, 2018).

O artigo aqui citado se interessa em investigar padrões comportamentais de pessoas com deficiência e seus respectivos familiares e ou cuidadores, na intenção de correlacionar como determinados padrões sociais e intrafamiliares corrobora para

as barreiras arquitetônicas em torno da pessoa com deficiência e a ausências de assistências e princípio socioeducativo.

As situações que incluem dupla discriminação vivenciada por gays, lésbicas e bissexuais com deficiência, não foram especificamente detalhadas nesse trabalho, por ausência de material bibliográfico, apresentando apenas alguns fragmentos entre uma pesquisa e outra, mas que nos interessa em propor novas pesquisas, que coopere justamente para a ampla transversalidade das vivências e relações humanas, com o devido manejo ético profissional.

Sob este contexto é válido destacar a importância em elucidar questões que compreendem a vivência e as percepções sobre a sexualidade, em diferentes eixos sociais e econômicos. É importante que as pessoas tenham acesso a informações precisas e compreensíveis sobre a sexualidade, incluindo os riscos associados às infecções sexualmente transmissíveis e a importância dos direitos sexuais e reprodutivos.

Ao abordar a sexualidade de pessoas com deficiência a partir da perspectiva psicológica, é essencial para a desconstrução dos mitos e estereótipos prejudiciais à saúde. Esses mitos podem criar barreiras impeditivas para a expressão saudável da sexualidade e contribuir para a discriminação e exclusão social.

É válido ressaltar que existem contrapontos, tal qual, comenta Favero (2013), ao contextualizar Foucault à ideia de que a sexualidade não se restringe ao ato sexual, mas é um conjunto de fatores biopsicossocial que se estende a todas as formas de afeto. O não entendimento desse aspecto coopera com as tratativas excludentes perpassando a ideia de que as pessoas com deficiência são assexuadas ou incapazes de experimentar prazer sexual.

Conforme a ênfase dos autores Gesser & Nuernberg (2014). A psicologia no âmbito do seu compromisso humano com todas as formas de vida e existência, norteada pela compreensão das constituições biopsicossociais, pode proporcionar educação e conscientização, diálogos abertos, representação positiva, apoio profissional e políticas inclusivas que consolidem práticas que reconheçam e respeitem que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam viver sua sexualidade plena e satisfatória.

Entre os ambientes que melhor podem desempenhar um papel significativo na formação e na promoção de uma visão inclusiva a respeito da sexualidade das

peças com deficiência, estão os profissionais da educação, especialmente os psicólogos das áreas escolares, estes possuem grandes responsabilidades em proporcionar acolhimento, educação, discussões objetivas, abertas e respeitadas, permitindo a todos os esclarecimentos necessários à desconstrução de ideias errôneas acerca da sexualidade, sem exceção às deficiências.

Além das abordagens psicológicas, a inclusão, o respeito e a validação da identidade humana são responsabilidades que devem ser compartilhadas entre profissionais de diversas áreas, familiares e sociedade em geral. Cada grupo tem um papel vital a desempenhar. A colaboração entre esses diferentes atores é essencial para construir uma comunidade mais justa e inclusiva, na qual a identidade e a subjetividade de cada pessoa são reconhecidas e valorizadas.

Apoiar pessoas com deficiência em sua sexualidade é fundamental para promover a inclusão e garantir que todos tenham acesso a uma vida sexual saudável e satisfatória. Entre as diversas maneiras de oferecer suporte, ressaltamos o apoio Psicológico como reconhecimento que questões emocionais podem surgir em relação à sexualidade, e precisam ser encaminhadas aos profissionais de saúde mental quando necessário.

Escutar sobre as preocupações e necessidades das pessoas com deficiência de forma personalizada, ou seja, cada pessoa é única, e o apoio deve de acordo com suas necessidades individuais. A empatia e a compreensão são essenciais para criar um ambiente inclusivo e acolhedor para todos.

#### 4.2. Desmistificação Sobre Questão da Sexualidade em Pessoas com Deficiência

As crenças religiosas desempenham papel significativo na maneira como a sexualidade, em especial das pessoas com deficiência é percebida e vivenciada. As religiões podem oferecer amparo, promover aceitação e visão holística positiva da sexualidade como parte da experiência humana.

No entanto, também podem existir dualidades onde as crenças religiosas impõem restrições ou criam estigmas que excluem ou menospreze a sexualidade em detrimento a deficiência, ênfase de ampla concordância dos autores Carvalho & Silva, 2018, numa revisão sistêmica acerca da sexualidade da pessoa com deficiência, e Simbine & Massingue (2021), na temática percepção sobre a sexualidade da mulher

com deficiência x crenças culturais moçambicanas, com o objetivo de entender como as influências tradicionais da cultura permeiam as causas da deficiência.

Dentro da realidade brasileira percebe-se essa forte tendência a ambos os gêneros, na grande maioria das obras investigadas os autores relacionaram que a mulher e os homossexuais estão em maior índice de vulnerabilidade emocional em razão da dúplice discriminação social, porém sobre outros cenários de “capacitistas” homens também sofrem significativos desmerecimento funcional, entretanto não obtivemos nenhum indicador científico que configure escala de maior ou menor grau de discriminação aferidos a quaisquer do gênero.

É importante considerar a diversidade de crenças e valores ao discutir a sexualidade nas esferas educacionais e psicológicas, no desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de favorecer uma compreensão ampliada e inclusiva da sexualidade, deficiências, crenças e estereótipos existentes.

O respeito pela diversidade dos elementos que configuram a sexualidade sobretudo de pessoas com deficiência, devem ser promovidos em todas as esferas das sociedades, inclusive dentro dos ambientes religiosos. Afinal, a diversidade enriquece nossa compreensão do mundo e nos torna mais empáticos e compassivos.

Torna-se abrangente aos profissionais de saúde mental, educação e psicologia, o engajamento em diálogos interdisciplinares que enfoquem sobre a importância da sexualidade como um aspecto integral da identidade humana, de modo que possam alcançar tanto o olhar psicológico quanto a desmistificação sobre a sexualidade em pessoas com deficiência, pautando na desconstrução de mitos, no respeito à diversidade de crenças e valores, na promoção de igualdade e a dignidade para todos, independentemente de sua condição.

Na literatura investigada, a sexualidade em pessoas com deficiência é temática pouco explorada, embora desperte interesse de pesquisadores e profissionais da área. A maioria dos estudos analisados utiliza abordagens qualitativas e descritivas, valorizando técnica para coleta de dados. Os públicos mais investigados são os educadores de alunos com deficiência e pessoas com deficiência física.

No caso das pessoas com deficiência intelectual, sua sexualidade é frequentemente relatada a partir da visão de terceiros, como professores e responsáveis. Do quantitativo de 138 artigos que abordam a temática da sexualidade

e deficiência, apenas 02 (dois) entre eles fazem explorações diretamente à pessoa com deficiência intelectual.

Na discussão apresentada por Bastos & Deslandes (2012), reúne entrevista de 14 responsáveis de adolescentes com deficiência intelectual, na temática sexualidade e deficiência intelectual, apresenta uma sustentação acerca da pouca ou nenhuma orientação dos responsáveis e ou cuidadores quanto ao assunto da sexualidade, alguns pais apresentam ideias baseadas apenas no censo religioso, de coibir o ato sexual por não possuir informações adequadas ao assunto.

Nota-se que as pessoas com a deficiência intelectual muitas vezes, não são totalmente legitimadas a falar sobre sua própria sexualidade, contribuindo na persistência de mitos da assexualidade, na “crença” que tais pessoas não possuem desejos ou necessidades sexuais, o que pode levar à supressão de subjetividade e experiências.

No estudo feito por Pugga & Ruzzi-Pereira (2020), realizado com oito alunos de uma instituição para pessoas com deficiências, investigou a percepção desses indivíduos sobre a sexualidade, permitiu identificar duas categorias sendo elas as experiências em relacionamentos afetivos, no qual os participantes compartilharam suas experiências e vivências relacionadas à sexualidade e conhecimentos adquiridos sobre sexualidade onde as percepções sobre sexualidade foram muitas vezes infantilizadas, e as famílias enfrentaram dificuldades em fornecer educação sexual adequada.

A literatura aponta para um cenário de muitas vulnerabilidades, impostas às pessoas com deficiência, para muitos pais e cuidadores, é muito difícil compreender o processo de construção da identidade sexual dos filhos com deficiência, são os primeiros a ignorar a sexualidade, contribuindo para uma conduta infantilizada da pessoa, tal falta encaminha para pontos de vulnerabilidades como abuso afetivo e sexual, por não ter uma educação sexual de qualidade, que possibilitem autoconhecimento de suas emoções, desejos e atitude sexual (LITTIG *et al.*, 2012).

A falta de conhecimento ou reconhecimento da sexualidade a partir do princípio biológico, necessário ao desenvolvimento humano, constitucional a todo ser humano, reduz a pessoa ao olhar diminuído, disfuncional, condiz com o pensamento do qual a literatura traz acerca dessa leitura ao afirmar: “As pessoas com deficiências têm sua vida

afetiva sexual afetada, por não se encaixar nos padrões físicos de beleza corporal” (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 8).

Em cooperação a ideia, a autora enfatiza sobre os padrões de normalidade da funcionalidade do corpo, qual também influencia na vivência da sexualidade, ideia de que se acham em desconformidade com tal padrão estético sendo desencorajadas a viver a sua sexualidade (SILVA *et al.*, 2015). Essa formatação estigmatizante do indivíduo com deficiência e a vivência de sua sexualidade, precisa ser orientada a partir de uma educação especial, sendo relevante, especialmente no contexto brasileiro, onde a educação sexual ainda é um tema considerado tabu e muitas vezes desconsiderado em relação as pessoas com deficiência.

Nos últimos anos, houve um aumento significativo na produção acadêmica sobre problematizando as ausências, porém ainda há muito a ser feito para que as pessoas com deficiência recebam uma orientação adequada e justa. A maioria das produções acadêmicas traz uma visão a partir da ótica de terceiros, o que auxilia para manutenção dos paradigmas referentes a tematização.

Uma questão de grande relevância quanto a mudança do paradigma da sexualidade das pessoas com deficiência, consistem na produção de informação, contra práticas vexatórias e excludente para evolução de ambientes, acolhedores, informativos, educativos, humanizados e digno da universalidade humana.

#### 4.3. Importância das Relações Afetivas das Pessoas com Deficiência no Processo de Ressignificação.

O desenvolvimento da sexualidade humana é intrínseco que se inicia logo após o nascimento, permeando todas as fases da vida. É fundamental para o desenvolvimento global de qualquer pessoa, constituindo-se em seu alicerce básico, moldando não apenas sua identidade sexual, mas também sua percepção de si mesmo e dos outros, sua intimidade e sua expressão emocional. A sexualidade não pode ser vista apenas em termos de comportamento, mas como uma parte integrada do ser humano, sendo importante que a sociedade reconheça e respeite essa dimensão da experiência humana (FREUD, 1956-1939; FOUCAULT, 1994).

Esse retrato da sexualidade humana a partir da perspectiva de Freud e Foucault, coopera significativamente com o pensamento da atualidade dos autores

Maia & Ribeiro, 2010, quando afirmam que a “dessexualização do indivíduo é meramente social e não fisiológica”. Ressaltam a influência poderosa dos contextos sociais na construção e na exploração da sexualidade e a importância das constituições individuais e psicológicas.

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento da sexualidade, consideradas as primeiras relações de apego e cuidado, influenciando e sendo influenciadas pela sociedade em que estão inseridas (CAMPOS *et al.*, 2017). As bases familiares são marcos na consolidação das expressões da sexualidade, ou na nulidade destas.

Sobre essa afirmação temos ampla concordância com demais autores que se empenham em melhor entender a complexidade das interações familiares e seu impacto no desenvolvimento da sexualidade e as experiências cotidianas, muitas vezes cercada de desafios que requerem alterações significativas entre todos os membros familiares tornando-se ainda mais relevante num momento não normativo da vida, tal como o advento de uma deficiência (BOSSARDI *et al.*, 2021).

Percebemos que é de extrema relevância que mais pesquisas sejam realizadas para entender melhor essas dinâmicas e identificar maneiras de apoiar efetivamente essas famílias. Isso pode incluir a consideração de variáveis adicionais que possam influenciar a dinâmica e o funcionamento da família. Ao considerar o bem-estar e o desenvolvimento de indivíduos com deficiência, devemos também considerar o contexto mais amplo da família e da comunidade.

A trajetória de vida de cada pessoa desempenha um papel significativo no processo de identificar os aspectos psicológicos que são impactados pela deficiência. Cada indivíduo é único e a maneira como eles experimentam, e interpretam sua deficiência será influenciada por suas experiências de vida, interações sociais e os valores culturais que eles internalizam (OLIVEIRA & PARANÁ, 2021).

O reconhecimento da importância das relações afetivas no processo de resignificação para pessoas com deficiência, é fundamental na promoção de uma melhor qualidade de vida, inclusão social e bem-estar emocional. A literatura científica corrobora a importância dos relacionamentos afetivos sexuais para a reestruturação da autoestima de pessoas com deficiências, as relações familiares e sociais, as redes sociais de apoio, são fundamentais no processo de resignificação (MASSOLI *et al.*, 2020; LIMA, 2014; SILVA *et al.*, 2015 & SANTOS *et al.*, 2015).

Algumas operacionalizações de forma de rede de apoio neste sentido já estão dentro de plataformas públicas, o que não quer dizer que seja apenas de responsabilidade do setor público. O funcionamento das redes de apoio prevê uso de estratégias que incluem a o encorajamento aos indivíduos a desenvolver habilidades de autoajuda e autocuidado, o que pode aumentar a autoestima e a independência.

Trabalhar para aumentar a consciência e a compreensão da sociedade sobre as questões enfrentadas pelos indivíduos que necessitam de apoio. Isso pode envolver campanhas de conscientização, *workshops* e outras iniciativas de sensibilização social. Criar espaços seguros onde os indivíduos possam expressar suas preocupações e sentimentos sem medo de julgamento ou rejeição, tais ações devem ser discutidas e incorporadas à natureza, público privado e entidades civis e afins.

#### 4.4. Propositividades Analíticas e Operacionais sobre a Questão da Sexualidade em Pessoas com Deficiências

Após analisar e discutir separadamente cada tópico mencionado anteriormente, com diferentes autorias, nos convém refletir quanto ao que já é possível saber a respeito da temática, mas existe uma perspectiva maior do que simplesmente saber, que seria “o que e como fazer”, diante da temática complexa, analítica e operacional, envolvendo tríplice ciências, humanas, biológicas e sociologias, logo seus fenômenos possuem íntima relação.

De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece o respeito pela dignidade inerente, autonomia individual, não-discriminação, participação plena e efetiva na sociedade, respeito pela diferença, igualdade de oportunidades, acessibilidade, igualdade entre o homem e a mulher, e o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças e adolescentes, a Convenção também enfatiza a necessidade de promover e proteger esses direitos.

Esta constitucionalidade também é bem debatida socialmente, inclusive pelos autores Alana Nagai Lins de Carvalho e Joilson Pereira da Silva, na temática sobre sexualidade das pessoas com deficiência (2018) na qual apresenta considerações importantes na relação social, familiar e institucional, fazendo ênfase à necessidade

do reconhecimento da sexualidade de pessoa com deficiência e de sua subjetividade como pessoa. Contribuindo para uma compreensão ampla e inclusiva da sexualidade

Para Gonçalves & Barbosa (2020), no trabalho feito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, segundo a perspectiva de profissionais e familiares que convivem com essa realidade. A pesquisa, de natureza qualitativa, apresentou resultados que indicam que existem alguns mitos em relação ao assunto que não se confirmam na prática, havendo a necessidade de superação desses. Conclui-se que a sexualidade é a mais normal das características humanas sentidas por todos e, sendo assim, todos têm o direito de usufruí-la, inclusive as pessoas com deficiência.

O autor se coloca a favor da educação sexual compreendendo que desempenha um papel crucial na promoção de relacionamentos saudáveis e na prevenção de situações de risco. Defende a essencialidade que profissionais, familiares e educadores estejam bem-informados e preparados para lidar com questões relacionadas à sexualidade de pessoas com deficiência intelectual.

Se torna amplo o entendimento que novas implementações públicas e privadas sejam ligeiramente elaboradas no acolhimento dessas demandas advindas especialmente desse grupo de pessoas tão de longe estigmatizados quando à sua condição física e cognitiva.

Aos profissionais de saúde e educação enfrentam o desafio crucial de desmantelar os estereótipos sociais que perpetuam a exclusão das pessoas com deficiência, impedindo-as de expressar e explorar sua sexualidade de maneira plena e saudável. Para isso, é essencial que esses profissionais recebam capacitação adequada para compreender as necessidades específicas dessa comunidade, para oferecer orientações e suportes corretos.

Além disso, as famílias desempenham um papel fundamental através do apoio emocional e práticas necessárias para que os membros com deficiência possam desenvolver uma compreensão positiva e segura de sua sexualidade. Encorajar e apoiar as famílias na construção de um ambiente de comunicação aberta e honesta sobre a sexualidade é relevante a fim de promover o bem-estar e autonomia dos indivíduos com deficiência em sua vida cotidiana.

No estudo sobre “Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais” publicado na Revista Brasileira de

Educação Especial de autoria de Littig *et al.*, 2012, investiga as concepções que mães de jovens com deficiência intelectual (DI) têm sobre a sexualidade de seus filhos e como essas concepções refletem na adoção de práticas de educação sexual.

A análise das entrevistas revelou que mães tinham a ideia de ausência de sexualidade na pessoa com DI, adotando uma postura infantilizada e superprotetora em relação aos filhos. Também revelaram entender que a sexualidade deles é diferente da de pessoas sem deficiência intelectual e outras que nunca orientaram seus filhos sexualmente, alegando que não compreenderiam.

Em geral, as mães não reconhecem uma identidade sexual em seus filhos e, por conseguinte, não fornecem uma educação sexual, reproduzindo a concepção social e cultural que nega a existência da sexualidade quando associada à DI. Este estudo destaca a importância de abordar a sexualidade e a educação sexual de indivíduos com deficiência intelectual de uma maneira inclusiva e respeitosa.

Tanto os instrumentos públicos quanto entidades civis possuem a responsabilidade de garantir que os direitos sexuais e reprodutivos, que sejam resguardados e requer implementação de políticas públicas e práticas inclusivas a remoção de barreiras à participação plena e efetiva, e a maior conscientização e compreensão das questões enfrentadas pelas pessoas com deficiências, assim como devem ter acesso a recursos e informações sobre sexualidade e saúde sexual.

Comenta os autores Marivete Gesser & Adriano Henrique Nuernberg, 2014, no artigo intitulado “Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos” discute os desafios para a psicologia em garantir os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência. O artigo sugere que a psicologia deve se afastar de uma prática integrativa e ancorada no modelo biomédico e de reabilitação sexual e se aproximar mais do modelo social da deficiência.

Não mais invisível a esta discussão existe um grande coeficiente de pessoas, com deficiências e sem deficiências e ambas confiantes em novos modelos de inclusão, que permite acessibilidades a todas as distintas formas de ser e existir, que reconheça e reestabeleça que a dignidade da pessoa é um atributo universal das relações humanas, assim como a sexualidade, a saúde e felicidade. Sendo, portanto, a pessoa livre para decidir sobre seus respectivos propósitos de vida.

Para evidenciar a invisibilidade acerca das pessoas com deficiência como resultado de uma conjuntura cultural e social, pode-se destacar o módulo “pessoas

com deficiência” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 2022 ao qual indica que o Brasil possui 18,6 milhões de pessoas com deficiência, as quais apenas 25,6% dessas pessoas concluíram pelo menos o ensino médio, além disso, somente 26,6% das pessoas com deficiência tem acesso ao mercado de trabalho o que demonstra o nível elevado de segregação social enfrentada pelas pessoas com deficiência.

De modo geral, observa-se que a inclusão social precária é fator determinante na ausência da participação de pessoas com deficiência em vários segmentos sociais e profissionais. Tão logo podemos perceber a precariedade ao alcance de políticas públicas comprometidas em fornecer informações confiáveis que facilitem o conhecimento ampliado das garantias destinadas à pessoa com deficiência no âmbito de seu desenvolvimento e de sua sexualidade.

Outro motivo de destaque é a escassa literatura a partir das perspectivas da própria pessoa com deficiência, tal ausência é culminante para compreensão limitada e distorcida sobre a sexualidade e deficiência, sendo até norteados por ações extremistas. Espera-se, que qualquer política, programa ou iniciativa relacionada à deficiência deve ser desenvolvida com a colaboração e envolvimento das próprias pessoas com deficiência.

Acredita-se que ao se considerar as necessidades e perspectivas das pessoas diretamente afetadas e sua participação plena, deve ser garantida desde o início, para que as soluções sejam mais eficazes, inclusivas e sensíveis às suas realidades. É notório que o fazer psicológico se aproprie dessa sensibilização ao acolhimento da pessoa com deficiência em sua totalidade.

É importante que o reconhecimento do direito da pessoa com deficiência seja marcado pelo oferecimento de cuidado, afeto, proteção e auxílio, não devendo prejudicar no modo de interagir socialmente e afetivamente, não prevalecendo a superproteção e atitudes que estimulam a dependência dela, bem como a discussão objetivando uma adequação educacional ampliada tanto às famílias, quanto à sociedade, constituindo novas perspectivas sobre o assunto.

Propositividades psicológicas são necessárias para melhor tratar a sexualidade da pessoa com deficiência a partir de cada peculiaridade desse indivíduo, a fim de romper as falas terceirizadas, ou reproduções alheias às vivências e percepções, as proposições desse trabalho se estendem a obter um olhar científico para as produções

de senso comum que culminam para dissentimentos acerca de assuntos relevantes à psicologia enquanto mediadora da saúde mental.

## 5. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou de forma minuciosa como a sexualidade da pessoa com deficiência é apresentada na literatura publicada nos últimos 18 anos, com foco na sexualidade, deficiência, estigmas, preconceitos, norteados pelas vivências, percepções e distintos fatores ligados às questões de autonomia, desejo e expressão da sexualidade.

Tornou-se, evidente que a complexidade da temática muitas vezes é negligenciada, mas é importante reconhecer que a investigação crítica e a abordagem psicológica podem oferecer *insights* valiosos. A exclusão, as inverdades e o sofrimento psíquico são eventos relevantes que merecem atenção e compreensão. A síntese analítica e a reflexão sobre os padrões sociais podem nos ajudar a encontrar soluções mais eficazes e empáticas.

As demandas psicológicas oriundas das constantes formas de alienações biopsicossociais que envolvem as pessoas com deficiência sobre sexualidade, precisam ser atendidas de forma eficaz e permitir que novos estudos e pesquisas de saberes relevantes, que possam agregar reconhecimentos positivos e favoráveis à saúde mental e vivências mais satisfatórias a todos aqueles que por motivos congênitos e ou adquiridos perderam total ou parcialmente sua mobilidade, mas ainda assim, não se tornaram alheios à sua subjetividade.

Extinguir as barreiras impactantes amplamente impostas à pessoa acometida por deficiência, quais são fortemente ancoradas à falta de informação e orientação quanto aos fatores e processos psicológicos que compõem o sujeito. Persuadir sobre o aceite da sexualidade como parte inerente e distinta do ser humano, qual não pode ser subtraída sob prerrogativas fisiológicas de inadequação, diferenças ou peculiaridades.

Considerando que os preconceitos e estigmas são fenômenos violentos e prejudiciais para todo ser humano, sobretudo para a pessoa com deficiência, até então não reconhecidas como sendo pessoas livres e desimpedidas de exercer a autonomia sobre a sua sexualidade, torna-se imprescindível o investimento de novas pesquisas de caráter científicos e sociais que ajudem na disseminação dessa proposta, na intenção de abolir qualquer forma de desrespeito, desqualificação, incapacitação e crenças limitantes que causem agravos psicossociais a quaisquer pessoa qualificada no contexto das deficiências.

Na busca pela promoção de soluções práticas, efetivamente inclusivas e empáticas, tendo como delimitadores os estigmas e preconceitos relacionados à sexualidade em pessoas com deficiência, a reflexão crítica sobre as percepções existentes na sociedade, carecem de maior compreensão até mesmo, para a psicologia, especialmente no que diz respeito ao acolhimento, apoio e progredimento da saúde mental de pessoas com deficiência no contexto da sexualidade.

Apesar de relativamente poucos estudos, pesquisas e relatos presentes na literatura, é presumível que se obtenha novos discernimentos sobre as experiências, desafios e vivências de pessoas com deficiência, relacionadas à sua sexualidade, quanto à ascensão da igualdade e dignidade. Ao combater preconceitos e estigmas, promove-se a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou intelectual, isso contribui para construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Abordagem centrada nas diferentes formas do ser sexual que permitam reconhecer que as pessoas com deficiência podem ser bem diversas em suas experiências afetivas, identidades e desejos, quanto qualquer outra pessoa. Isso destaca a necessidade de oferecer educação sexual inclusiva que aborde uma variedade de temas relevantes para pessoas com diferentes tipos de deficiência, incluindo consentimento, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, contracepção e relacionamentos saudáveis.

É vital alertar que a ausência de apoio adequado tem consequências significativas para as pessoas que buscam informações ou suporte relacionados à sexualidade. Profissionais de saúde, educadores, familiares e membros da comunidade desempenham um papel crucial em fornecer um ambiente seguro e livre de preconceitos para discutir essas questões. A educação e a conscientização são fundamentais para combater estereótipos e discriminação, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva da sexualidade.

Compreendendo a importância do diálogo como uma ferramenta para desafiar concepções ultrapassadas e promover uma compreensão mais profunda das nuances subjetivas do indivíduo, em contraste com suas expectativas de ser reconhecido como pessoa, tanto de fato quanto de direito. Sendo possível, explorar diferentes perspectivas e construir pontes entre as experiências individuais.

Além disso, é primordial que os serviços de saúde sejam acessíveis e atentos às necessidades das pessoas com deficiência, bem como garantir que os ambientes sejam acolhedores e que os profissionais sejam qualificados para lidar com questões relacionadas à sexualidade de forma respeitosa e inclusiva. Isso inclui a disponibilidade de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a disponibilidade de informações em formatos acessíveis e a disponibilidade de serviços projetados para atender às necessidades específicas de cada pessoa.

Portanto, através deste trabalho, conclui-se que ao reconhecer e validar as diferentes formas de exercer a sexualidade, significa também respeitar a subjetividade do sujeito independente de sua condição física ou intelectual, é um importante aparato facilitador e promotor do bem-estar e da qualidade de vida de pessoas com deficiência, além de contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva, possibilitando a ascensão do respeito, dignidade e autonomia de pessoas com deficiência.

## 6. REFERÊNCIAS

ANTAS, Taísa Caldas, SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 4, p. 555–568, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/> acesso em 07 de maio de 2024.

Antigo testamento: **BÍBLIA**, A. T. Salmos; Isaías; Deuteronônimo; Jó. Tradução: João Ferreira de Almeida. In: **Bíblia Sagrada**. 1ª Edição. São Paulo – SP: Editorial Safeliz, 2014.

BOSSARDI, Carina Nunes et al. Funcionamento familiar e deficiência: um estudo com pessoas com deficiência física adquirida na região do vale do Itajaí (SC). Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2021, v. 41, n. spe3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190599> acesso em 17 de abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 13146 de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) acesso em 04 de outubro de 2023.

CAMPOS, Maria Teresa de Assis; DE TILIO, Rafael; CREMA, Izabella Lenza. **Socialização, gênero e família**: uma revisão integrativa da literatura científica. Pensando fam., Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 146-161, jul. 2017. Disponível em: <v21n1a12.pdf> (bvsalud.org) acesso em 17 de abril de 2024.

CARVALHO, Alana Nagai Lins de; SILVA, Joilson Pereira da. **Sexualidade das pessoas com deficiência: uma revisão sistemática**. Arq. bras. psicol. Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 289-304, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70n3/20.pdf>. acesso em 28 de março de 2024

CARVALHO, Alana Nagai Lins de; SILVA, Joilson Pereira da. **Sexualidade das Pessoas com Deficiência Física: uma análise à luz da teoria das representações sociais**. Revista Brasileira de Educação Especial, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 529-544, nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0198> acesso em 20 de abril de 2024.

COSTA, Gizele Souza Cruz. **Convenção Internacional dos direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/convencao-internacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/1142178686> acesso em 17 de abril de 2024.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento**. Revista Brasileira de Educação Especial, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 555-568, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382014000400007> acesso em 28 de março de 2024.

DE PAULA, A. R. **Pessoas com deficiência: pesquisa sobre sexualidade e vulnerabilidade**. 2010. Disponível em: <https://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/diario/artigo%20publicado%20memnon.pdf>. acesso em 07 de abril de 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SQUINCA, Flávia. **Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 23, n. 10, p. 2507-2510, out. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2007001000025> acesso em 07 de abril de 2024.

FAVERO, Cintia. **O que é sexualidade?** Disponível em: <http://www.infoescola.com/sexualidade/o-que-e-sexualidade> acessado em 30/09/2016

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I** – a vontade de saber Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. L&PM editores, 2016.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Psicologia, Sexualidade e Deficiência: novas perspectivas em direitos humanos**. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 850-863, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370000552013> acesso em 06 de maio de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. 173 p.

GONÇALVES, J. P; BARBOSA, M. M. F. **Opiniões de mães e profissionais sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual**. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-30, e020021, 2020. Disponível em: [2237-9460-ex, itus-10-e020021.pdf \(fcc.org.br\)](https://www.fcc.org.br/revista/2020/01-30-e020021.pdf) acesso em 8 maio. 2024.

GOV.BR. Disponível em: MDH — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ([www.gov.br](http://www.gov.br))\_ acesso em 26 de março de 2024

GOV.BR. Novembro Negro: um panorama sobre a população negra com deficiência no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/novembro-negro-um-panorama-sobre-a-populacao-negra-com-deficiencia-no-brasil> acesso em 24 de abril 2024.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. AMPID, 2008. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos.php.htm> acesso em 14 março 2023.

IBGE – INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/população/20551-pessoas> acesso em 19 de agosto de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda> acesso em 15 maio 2024.

LITTIG, Patrícia Mattos Caldeira Brant, CARDIA, Daphne Rajab; REIS, Luciana Bicalho. **Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 18, n. 3, p. 469–486, 2012. Disponível em: [v18n03a08.pdf \(fcc.org.br\)](#) acesso em 13 de março de 2024.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi et al. **Opinião de professores sobre a sexualidade e a educação sexual de alunos com deficiência intelectual.** *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online]. 2015, v. 32, n. 3, pp. 427-435. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300008> acesso em 07 de maio de 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi e RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências.** *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2010, v. 16, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002> acesso em 30 março 2024.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva e CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. **A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade.** *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2010, v. 40, n. 139 [Acessado 16 Junho 2024], pp. 45-61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100003>. Epub 23 Jul 2010. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100003>.

MASSOLI, Letícia Paulina De Oliveira; ALVES, Stephanie Cristine; ESPER, Marcos Venicio. **Contexto familiar de crianças com deficiência.** *Constr. psicopedag.* São Paulo, v. 28, n. 29, p. 7-20, 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542020000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542020000100002&lng=pt&nrm=iso). acesso em 18 abril 2024.

MENDES, M. J. G; DENARI, F. E. **Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. Esp.2, p. 1357-1374, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12124> acesso em 07 de abril de 2024.

MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. **Deficiência: palavras, modelos e exclusão.** *Saúde em Debate*, [S.L.], v. 45, n. 130, p. 847-860, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104202113021> acesso em 14 de março de 2023.

NEVES, Dulce Mmorgado. **Sexualidade: Saber e Individualidade**. Revista Estudos Feministas [online]. 2019, v. 27, n. 2 [Acessado 16 junho 2024], e54146. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254146>. Epub 27 Jun 2019. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254146>.

OLIVEIRA, Talitha Kshesek Pizarro de; PARANÁ, Camila Maia de Oliveira Borges. **Deficiência física adquirida e aspectos psicológicos: uma revisão integrativa da literatura**. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 97-110, jun. 2021. Disponível em <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v13i2.1212> \_acesso em 29 de março de 2024

PEREIRA, Éverton Luís et al. Invisibilidade sistemática: pessoas com deficiência e Covid-19 no Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2021, v. 25, suppl 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200677> \_acesso em 24 março de 2024.

PEREIRA, Jaqueline Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico Social da População deficiente: da exclusão a inclusão social. SER Social, [S. l], v. 19, n. 40, p. 168-185, 2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14677](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677) acesso em 24 de março de 2024.

PLUTARCO, (1985). Vidas Paralelas Vol. I: Teseo Rómulo, Licurgo, Numa. [Introducción traducción y notas de Aurelio Pérez]. Madrid: Gredos.

PUGA, P. C. A.; RUZZI-PEREIRA, A. **A percepção de pessoas com deficiência intelectual sobre a sexualidade. Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 542–552, 2020. DOI: 10.26673/tes.v16i2.13709. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13709> acesso em: 9 maio. 2024.

REIS, R. dos S; SANTOS, D. A. do N. dos. **Desfazendo mitos sobre sexualidade e pessoas com deficiências: uma experiência formativa**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 14, n. 42, p. 105–124, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1464>\_acesso em 07 de abril de 2024.

SANTOS, Joelma Cristina e CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **Processos Psicossociais da Aquisição de uma Deficiência**. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175434> acesso em 29 março 2024

SILVA, Angelita Danielle Gouveia da. **Sexualidade (des) Institucionalizada? A Sexualidade das Moradoras e dos Moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos nos Discursos das suas Profissionais**. 2015. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17325> acesso em 20 de abril de 2024.

SILVA, Luciene Maria da. **A deficiência como expressão da diferença. Educação em Revista**, [S.L.], n. 44, p. 111-133, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-46982006000200006> acesso em 07 de abril de 2024.

SIMBINE, Alexandra Justino; MASSINGUE, Maria Salomé. **Percepção sobre a sexualidade da mulher com deficiência x crenças culturais moçambicanas**. *Pesqui. prá.t.psicossoais*, São João del-Rei, v.16,n.4, p. 1-11, dez. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082021000400004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000400004&lng=pt&nrm=iso). acesso em 17 de abril de 2024.

SOARES, Ana Helena Rotta; MOREIRA, Martha Cristina Nunes; MONTEIRO, Lúcia Maria Costa. **Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 185-194, fev. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232008000100023> acesso em 8 de março de 2024.

SOARES, Rodrigo Lemos; CAVALHEIRO, Ariana Souza. **Entre corpos e interdições: discutindo sexualidades dos sujeitos com deficiência física e/ ou cognitiva**. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 171-192, 1 jan. 2020. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317816012020171> acesso em 17 de abril de 2024.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, Janaína Franscisca Pinto; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. **Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar**. *Acta Paulista de Enfermagem*, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 408-413, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002006000400007> acesso em 8 de março de 2024.

SOUZA, C. J. de; DENARI, F. E.; COSTA, M. da P. R. da. **O discurso das pessoas com deficiência física sobre a própria sexualidade**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara*, v. 12, n. 4, p. 2177–2192, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n4.out. /dez.2017.9123. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9123> acesso em 8 de março 2024

World Health Organization. *Sexual health* (Internet). Genebra: WHO; 2023. Disponível em: [http://www.who.int/topics/sexual\\_health/en/&gt](http://www.who.int/topics/sexual_health/en/&gt) acesso em 24 setembro 2023.

## Página de assinaturas

**Claudenir Rodrigues**  
709.602.082-91  
Signatário

**Isabella Jardim**  
026.614.421-70  
Signatário

**Dionis Souza**  
027.844.665-58  
Signatário

**Claudio Cruz**  
150.061.902-72  
Signatário

**William Gomes**  
035.216.042-09  
Signatário

*Daniela S. Américo*

Coordenadora do Curso de Psicologia  
FADESA

**Daniela Américo**  
005.484.062-78  
Signatário

## HISTÓRICO

- 17 jun 2024** 13:58:45 **Claudenir Rocha Rodrigues** criou este documento. ( Email: claudia.nirrocha@gmail.com, CPF: 709.602.082-91 )
- 17 jun 2024** 13:58:46 **Claudenir Rocha Rodrigues** (Email: claudia.nirrocha@gmail.com, CPF: 709.602.082-91) visualizou este documento por meio do IP 45.7.26.101 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 17 jun 2024** 13:59:12 **Claudenir Rocha Rodrigues** (Email: claudia.nirrocha@gmail.com, CPF: 709.602.082-91) assinou este documento por meio do IP 45.7.26.101 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 17 jun 2024** 14:00:21 **Isabella Lopes da Silva Jardim** (Email: bjardim28@gmail.com, CPF: 026.614.421-70) visualizou este documento por meio do IP 177.87.161.143 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil



- 17 jun 2024**  
14:00:36  **Isabella Lopes da Silva Jardim** (Email: [bjardim28@gmail.com](mailto:bjardim28@gmail.com), CPF: 026.614.421-70) assinou este documento por meio do IP 177.87.161.143 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
00:23:58  **Dionis Soares de Souza** (Email: [dio.ssoares@gmail.com](mailto:dio.ssoares@gmail.com), CPF: 027.844.665-58) visualizou este documento por meio do IP 170.231.133.236 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
00:24:10  **Dionis Soares de Souza** (Email: [dio.ssoares@gmail.com](mailto:dio.ssoares@gmail.com), CPF: 027.844.665-58) assinou este documento por meio do IP 170.231.133.236 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
08:18:15  **Claudio Roberto Rodrigues Cruz** (Email: [rodrig.cruz@hotmail.com](mailto:rodrig.cruz@hotmail.com), CPF: 150.061.902-72) visualizou este documento por meio do IP 200.124.94.135 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
08:18:28  **Claudio Roberto Rodrigues Cruz** (Email: [rodrig.cruz@hotmail.com](mailto:rodrig.cruz@hotmail.com), CPF: 150.061.902-72) assinou este documento por meio do IP 200.124.94.135 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 17 jun 2024**  
14:29:05  **William Araújo Gomes** (Email: [williamgomes@fadesa.edu.br](mailto:williamgomes@fadesa.edu.br), CPF: 035.216.042-09) visualizou este documento por meio do IP 170.231.134.202 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
17:01:24  **William Araújo Gomes** (Email: [williamgomes@fadesa.edu.br](mailto:williamgomes@fadesa.edu.br), CPF: 035.216.042-09) assinou este documento por meio do IP 170.231.134.202 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 17 jun 2024**  
19:19:43  **Daniela S Américo** (Email: [psicologia@fadesa.edu.br](mailto:psicologia@fadesa.edu.br), CPF: 005.484.062-78) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 18 jun 2024**  
18:47:06  **Daniela S Américo** (Email: [psicologia@fadesa.edu.br](mailto:psicologia@fadesa.edu.br), CPF: 005.484.062-78) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil

